



No STF, Lula defende regulação das redes sociais no país

“Poderes funcionam na mais plena normalidade”, diz Barroso

Página 6

Inadimplência das famílias é a menor em quase dois anos

Página 3

Ao participar da abertura do Ano Judiciário de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na quinta-feira (1º) a regulação das redes sociais no país, com punição para as empresas proprietárias pelos crimes cometidos nas plataformas sob sua responsabilidade.

“É preciso criminalizar aqueles que incitam a violência nas redes sociais, mas também é necessário responsabilizar as empresas pelos

crimes que são cometidos nas suas plataformas, a exemplo da pedofilia, incentivo a massacres nas escolas e estimular a mutilação de adolescentes e crianças”, defendeu em discurso.

Para o presidente, a regulação deve ser feita de maneira democrática, levando em conta os benefícios proporcionados pela tecnologia, bem como o “retrocesso nas conquistas pelas quais tanto lutamos”.
Página 4

Butantan deve pedir registro de nova vacina contra a dengue

Desde 2009, pesquisadores do Instituto Butantan estudam a produção de nova vacina contra a dengue. O imunizante se encontra atualmente em fase final de ensaios clínicos – em junho, o último paciente voluntário a receber a dose experimental completa cinco anos de acompanhamento. A previsão do instituto é que, entre junho e julho, o pedido de registro seja submetido para análise da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Maior produtor de vacinas e soros da América Latina e principal produtor de imunobiológicos do Brasil, o Butantan é responsável pela maioria dos soros utilizados no país contra venenos de animais peçonhentos, toxinas bacterianas e o vírus da raiva.
Página 2

Saúde anuncia centro de emergência para conter epidemia de dengue



Foto: Marcelo Camargo/ABR

Página 6

Governo de SP destina R\$ 90 milhões de seguro rural para produtores

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, disponibilizou R\$ 90 milhões de Seguro Rural para socorrer produtores rurais prejudicados por adversidades climáticas.

O volume é recorde e pode ser

acessado já a partir deste mês de fevereiro. A subvenção tem como objetivo amenizar os impactos das perdas de produção, especialmente de grãos, causadas pela seca e outras intempéries, além de disponibilizar recursos para custos emergenciais.
Página 2

Itamaraty aponta risco à população de Gaza com suspensão de doações

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) manifestou preocupação com a redução das contribuições financeiras à Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), após denúncias de envolvimento de funcionários da ONU no conflito que começou em outubro do

ano passado, na fronteira de Israel com a Faixa de Gaza.

Com a suspensão das contribuições à agência internacional por algumas nações, o Itamaraty vê risco de agravamento da crise humanitária no território palestino. Gaza é alvo de operações militares israelenses desde outubro e sofre com a destruição da infraestrutura civil.
Página 3

Esporte

Pietro Fittipaldi é confirmado como piloto reserva e de testes da MoneyGram Haas F1

A MoneyGram Haas F1 Team confirmou Pietro Fittipaldi e Oliver Bearman como seus pilotos reservas oficiais para a temporada 2024 da Fórmula 1. Fittipaldi entra em sua sexta temporada com a equipe – o brasileiro vai combinar as funções de piloto reserva com o calendário completo da IndyCar competindo pela Rahal Letterman Lanigan Racing em 2024.

Pietro disputou dois Grandes Prêmios com a Haas em 2020, e cumpriu várias

atividades de testes na Fórmula 1 para a equipe de Kannapolis, desde que ingressou no time em 2019.

“Estou satisfeito por ter Oliver Bearman e Pietro Fittipaldi como nossos pilotos reservas”, disse Ayao Komatsu, chefe da equipe MoneyGram Haas F1 Team.

“Ter Pietro conosco pela sexta temporada consecutiva é valioso, pois ele novamente dá continuidade ao trabalho e tem contribuído muito para o nosso programa ao longo desses

anos, tanto dentro quanto fora da pista. Estamos empolgados por ele disputar a temporada completa na IndyCar este ano e assim ele possa fazer o que mais ama: correr, mas ele também está lá para nós como parte da família Haas”, completou Komatsu.

“Estou feliz e orgulhoso por entrar na minha sexta temporada com a MoneyGram Haas F1 Team”, afirmou Pietro Fittipaldi. “Estou ansioso para continuar nosso trabalho de desenvolvimento e apoiar a equipe da

melhor maneira que puder durante o Campeonato Mundial de Fórmula 1 em 2024”, completa Pietro.

O Mundial de Fórmula 1 2024 começa com testes de pré-temporada no Circuito Internacional do Bahrein, de 21 a 23 de fevereiro. A abertura da temporada será no Grande Prêmio do Bahrein, acontecendo no mesmo local, de 29 de fevereiro a 2 de março.

Pietro Fittipaldi testando o carro da Haas em Abu Dhabi



Foto: LAT Photo

Copa São Paulo Light de Kart: Equipe campeã aposta em jovem menina na F4 Júnior

Equipe campeã da categoria F4 Júnior na Copa São Paulo Light de Kart do ano passado, a Nikima Racing/Dai Motorsport está apostando em uma jovem promessa para substituir o campeão Gabriel Fernandes, que subiu para a F4 Graduados. A carioca Letícia Pagy (Cantor Chininha/Lety Service/Divy Chic), de apenas 13 anos de idade, já mostrou que vai dar muita alegria para o time que tem sedes em São Paulo e no Rio de Janeiro, e está inscrita para a primeira etapa no sábado

(03/2) do principal certame regional do kartismo brasileiro, por muitos apontado como mais importante que o Campeonato Brasileiro.

“Vamos procurar o melhor acerto no equipamento dela, para buscar o melhor resultado possível. A evolução dela está sendo bem rápida, ela é focada e determinada. Juntos teremos muito o que comemorar”, aposta o chefe de equipe Odílio ‘Nikima’ Brito Neto.

Letícia Pagy passou três semanas de janeiro treinando no Kartódromo de Interlagos, e já está familiarizada tanto com o cir-



Foto: Leo Almeida

Letícia Pagy já tem duas vitórias nesta temporada

cuito quanto com a equipe. Na semana retrasada ela havia vencido a primeira etapa do campeonato feminino Mulheres em Ação, em Interlagos. E na semana passada venceu uma das corridas e terminou a outra em terceiro, e ainda estabeleceu a volta mais rápida nas duas provas da Copa Sérgio Maurício, em Guapimirim (RJ), ficando com o título de vice-campeã da F4 Júnior, sendo apontada como o grande destaque feminino neste início de temporada.

O chefe da equipe Nikima Racing/Dai Motorsport, que no

ano passado venceu oito das 10 etapas da Copa São Paulo com o seu filho Gabriel Fernandes, está trabalhando para que Letícia também seja presença constante no pódio da F4 Júnior. “Vamos lapidando o talento dela aos poucos, para que ela suba no pódio com a maior brevidade e depois comemore a sua primeira vitória no Light. O campeonato é longo, competitivo, e nosso objetivo é que ela chegue ao final da temporada com a pontuação que a coloque no grupo dos favoritos ao título”, completou.

Butantan deve pedir registro de nova vacina contra a dengue até julho

Desde 2009, pesquisadores do Instituto Butantan estudam a produção de nova vacina contra a dengue. O imunizante se encontra atualmente em fase final de ensaios clínicos – em junho, o último paciente voluntário a receber a dose experimental completa cinco anos de acompanhamento. A previsão do instituto é que, entre junho e julho, o pedido de registro seja submetido para análise da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Maior produtor de vacinas e soros da América Latina e principal produtor de imunobiológicos do Brasil, o Butantan é responsável pela maioria dos soros utilizados no país contra venenos de animais peçonhentos, toxinas bacterianas e o vírus da raiva. Também responde por grande volume da produção nacional de vacinas – produz, por exemplo, 100% das doses

contra o vírus influenza usadas na Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe.

Classificada pelo próprio Butantan como problema de saúde pública no Brasil, a dengue contabiliza um total de quatro sorotipos. O tipo 3, que não circulava de forma epidêmica no país há mais de 15 anos, voltou a registrar casos. Quem pega dengue uma vez, portanto, pode ser reinfectado por outro sorotipo. Quando isso acontece, o quadro pode evoluir para o que é popularmente chamado de dengue grave, com risco aumentado de morte do paciente.

Tetravalente e dose única

A vacina em desenvolvimento pelo Butantan, assim como a Qdenga, do laboratório japonês Takeda, é tetravalente e contém os quatro tipos do vírus atenuados. “Por estarem enfraquecidos, os vírus atenuados induzem a

produção de anticorpos sem causar a doença e com poucas reações adversas”, destacou o instituto. O imunizante brasileiro, entretanto, conta com um diferencial: será administrado em dose única, contra as duas doses necessárias da Qdenga.

Produção

O caminho para a produção da vacina inclui os seguintes passos: o cultivo do vírus atenuado em células Vero do macaco verde africano, técnica amplamente conhecida e estudada pela ciência, segundo o Butantan; o material é purificado e segue para formulação; em seguida, é feita a liofilização, processo que transforma o líquido em pó; por fim, é criado o diluente para ser adicionado ao pó no momento da aplicação da vacina.

Eficácia

No caso da vacina contra a dengue do Butantan, a dose é feita em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Americano (NIH) e a farmacêutica MSD. Os ensaios clínicos, neste momento, estão na fase 3. O imunizante foi administrado em mais de 16 mil pessoas e, atualmente, a equipe acompanha os últimos voluntários incluídos. Os estudos mostram os seguintes resultados:

- Fase 1 do ensaio clínico:

100% de geração de anticorpos em pessoas que já tiveram dengue e 90% de geração de anticorpos em indivíduos que nunca haviam tido contato com o vírus.

- Fase 2 do ensaio clínico (voluntários receberam duas doses): 100% de taxa de soroconversão após a primeira dose em pessoas que já tiveram dengue e 92,6% de taxa de soroconversão em indivíduos que nunca foram infectados. Oitenta por cento dos voluntários produziram anticorpos contra os quatro sorotipos.

- Fase 3 do ensaio clínico (dados primários): 79,6% de eficácia geral, 89,2% de eficácia naqueles que já tinham contraído dengue e 73,5% de eficácia em quem nunca teve contato com o vírus.

“Das mais de 10 mil pessoas que receberam o imunizante na fase 3, apenas três (menos de 0,1%) apresentaram eventos adversos graves e todos se recuperaram totalmente. A frequência de eventos adversos foi semelhante entre as três faixas etárias (2-6, 7-17 e 18-59 anos)”, informou o Butantan.

Anvisa

A Anvisa informou já ter se reunido com o Instituto Butantan para tratar da vacina contra dengue que vem sendo desen-

volvida pelo laboratório. A atual fase 3 de pesquisa clínica é classificada pela agência como “etapa essencial” para definir de forma científica o perfil de segurança e eficácia da dose.

“Durante a reunião, a equipe do Butantan apresentou alguns dados preliminares do estudo clínico que ainda está em andamento. A medida que o estudo clínico avançar, novos dados e informações complementares poderão ser apresentados pelo instituto para discussão com a Anvisa, com vistas à futura aprovação da vacina, caso os resultados clínicos comprovem sua segurança e eficácia.”

Chikungunya

Em dezembro, o instituto enviou à Anvisa pedido de registro definitivo para uso no Brasil de sua candidata à vacina contra o chikungunya, desenvolvida em parceria com a farmacêutica franco-austriaca Valneva. O imunizante se mostrou seguro e imunogênico em dois ensaios clínicos de fase 3, sendo o segundo coordenado pelo Instituto Butantan em voluntários adolescentes no Brasil.

O estudo mostrou que a vacina induziu a produção de anticorpos neutralizantes em 98,8% dos voluntários. Em novembro,

o imunizante foi aprovado para uso nos Estados Unidos pela Food and Drug Administration (FDA), agência reguladora norte-americana.

Casos

Nas primeiras semanas de 2024, o Brasil registrou um acumulado de 243.721 casos prováveis de dengue. Há ainda 24 mortes confirmadas e 163 em investigação. Com base nos números, a incidência da dengue no país é de 120 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

No balanço anterior, o país registrava 15 mortes e 217.841 casos prováveis da doença. Havia ainda 149 óbitos em investigação.

Dados do Ministério da Saúde mostram ainda que nas primeiras semanas de 2024 foram contabilizados 14.958 casos prováveis de chikungunya. Há ainda 3 mortes confirmadas e 12 em investigação. A incidência da doença no país é de 7,4 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

No balanço anterior, o país contabilizava 12.838 casos de chikungunya, doença também transmitida pelo mosquito Aedes aegypti. Havia sido confirmadas 3 mortes pela doença e 11 estavam em investigação. (Agência Brasil)

Mortes causadas pela PM dobram na Baixada Santista em 2023

As mortes causadas por ação da Polícia Militar (PM) mais do que dobraram na região da Baixada Santista, no litoral paulista. Segundo os dados divulgados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) publicados no Diário Oficial na quinta-feira (1º), 72 pessoas foram mortas por policiais militares em 2023, em 2022, as ações da corporação causaram 34 mortes na região.

Em Santos, os policiais militares em serviço foram responsáveis por 16 mortes no ano passado. Em 2022, as ações da corporação na cidade resultaram na morte de 14 pessoas. Em Guarujá, as mortes decorrentes do trabalho da Polícia Militar passaram de quatro em 2022 para 27, no ano passado. Em São Vicente foram 12 registros em 2023, enquanto em 2022 os policiais em serviço

mataram sete pessoas.

No estado

Em todo o estado, as mortes por policiais militares em serviço aumentaram 38% em 2023, passando de 256, em 2022, para 353. Na capital paulista, as mortes provocadas pelos agentes da corporação passaram de 75, em 2022, para 92, no ano passado, um aumento de 22%.

Operação Escudo

Na Baixada Santista, mais da metade das mortes (38) ocorreram no período de três meses, de 23 de julho a 21 de setembro. Dentro desse período foi realizada a chamada Operação Escudo. A ação foi uma reação do governo estadual ao assassinato do policial militar Patrick Bastos dos Reis. O soldado da Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota) foi

baleado no último dia 27 de julho, em Guarujá.

A operação, que resultou na morte de 28 pessoas em 40 dias, recebeu diversas denúncias de violações de direitos. O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) coletou relatos de execuções que teriam ocorrido durante as ações.

Em dezembro, dois policiais se tornaram réus por uma execução que teriam cometido durante a operação. A denúncia do Ministério Público levou em consideração as imagens das câmeras corporais, os relatos de testemunhas e os laudos periciais.

Na ocasião, a SSP-SP afirmou que a existência da denúncia não desqualificaria a operação “que em 40 dias prendeu 976 suspeitos, dos quais 388 eram procurados da Justiça, apreendeu 119 armas e quase

uma tonelada de drogas”.

Sem armas e sem drogas

Um relatório divulgado pela Defensoria Pública de São Paulo em agosto de 2023 mostrou que 90% das pessoas presas em flagrante durante a Operação Escudo estavam desarmadas. Além disso, em 67% dos casos, não houve apreensão de drogas. Outro dado observado pela defensoria é que mais da metade dos detidos (55% do total) eram réus primários.

O relatório apontou ainda que sete em cada dez pessoas que foram presas em flagrante na operação têm entre 18 e 34 anos e 60% se declaram pardas.

A reportagem da Agência Brasil entrou em contato com a SSP-SP para comentar o aumento das mortes causadas pela polícia e aguarda resposta. (Agência Brasil)

Governo de SP destina R\$ 90 milhões de seguro rural para produtores

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, disponibilizou R\$ 90 milhões de Seguro Rural para socorrer produtores rurais prejudicados por adversidades climáticas.

O volume é recorde e pode ser acessado já a partir deste mês de fevereiro. A subvenção tem como objetivo amenizar os impactos das perdas de produção, especialmente de grãos, causadas

pela seca e outras intempéries, além de disponibilizar recursos para custeios emergenciais.

O secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de SP, Guilherme Piai, esclareceu que a liberação do crédito é uma resposta do Governo do Estado diante das estimativas de quebra de safra. “Não temos tempo. Há produtores que podem ter perdas significativas e que afetam toda a

cadeia da agroindústria”, complementou.

O Instituto de Economia Agrícola, órgão ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, prevê uma quebra de cerca de 28% na produção de soja na atual safra. Nos últimos anos, São Paulo se tornou um importante produtor do setor, com destaque para regiões no sudoeste do estado, como Itapeva e Ourinhos, onde o crescimento de área plan-

tada é de mais de 10% em três safras consecutivas. Além da soja, o IEA também estima perdas de 30% na safra do milho e de 22% na de amendoim.

A subvenção do Governo de SP tem teto de até R\$ 25 mil do prêmio do seguro rural, podendo ser utilizado neste limite em quantas culturas/produções que de-sejar. Qualquer produtor prejudicado pode acessar o crédito e não há teto de renda.

Governador inaugura nova sede da Força Tática da PM no centro de SP

As ações do Governo de São Paulo para reforçar a segurança na região central da capital e combater a criminalidade ganham um importante reforço na quinta-feira (1). O governador Tarcísio de Freitas inaugurou a sede própria da Companhia de Força Tática do 7º Batalhão Metropolitano da Polícia Militar na rua Vitória, com atendimento 24 horas e presença permanente nas regiões da República e dos Campos Elíseos.

A cerimônia teve a participação do vice-governador Felício Ramulth, o secretário estadual de Segurança Pública, Guilherme Derrite, comandantes da PM e delegados da Polícia Civil, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, deputados, vereadores, autoridades estaduais e municipais, agentes das forças de segurança, além de comerciantes e moradores da região.

Antes da unidade própria da República, a Força Tática ocupava parte da sede do 7º Batalhão Metropolitano da PM na avenida Angélica, em Higienópolis. Com a transferência, as imediações da Praça da República e dos Campos Elíseos ganham mais segurança com a presença permanente de equipes especializadas em patrulhamento tático motorizado, com viaturas de maior porte e reforço de armamentos e equipamentos.

“Estamos entregando à população e aos policiais militares uma importante estrutura que faz parte do nosso plano estratégico não só para o patrulhamento, mas para completar com cada vez mais unidades de segurança nesta região. O centro é prioridade na nossa gestão”, declarou o secretário Guilherme Derrite. De acordo com a Secretaria de

Segurança Pública, cerca de 5 milhões de pessoas transitam diariamente na área de atuação do 7º Batalhão Metropolitano, que abrange bairros como República, Santa Ifigênia, Consolação, Bela Vista, Sé, Liberdade e Higienópolis. O efetivo da Força Tática na região é de 48 policiais e 16 veículos, sendo seis motocicletas.

O investimento para o funcionamento da nova sede será de R\$ 2,4 milhões ao longo do contrato de aluguel por cinco anos. O imóvel tem três andares com alojamentos, academia, banheiros ao público, salas de operação, vagas de estacionamento, reservas de armas e ambientes adaptados para pessoas com deficiência.

É a segunda instalação da PM inaugurada pela gestão Tarcísio de Freitas no centro da capital em menos de cinco meses. Em 2023,

a região também recebeu a nova sede da 2ª Companhia do 7º Batalhão Metropolitano, na rua Dom José de Barros, na República. A unidade tem efetivo de 144 policiais e apoio de 24 veículos.

A chegada das novas unidades policiais reforça o compromisso da gestão estadual de restaurar a sensação de segurança no centro da capital. Nas próximas semanas, a região terá mais de 600 policiais nas ruas com o término da Operação Verão nos municípios do litoral.

Simultaneamente, o Governo do Estado está elaborando medidas como a contratação de PMs aposentados e temporários para funções administrativas, o que poderá fazer com que o total de agentes de segurança na região central chegue a 2 mil ao longo dos próximos meses.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Vereador Gilbertinho Nascimento (sem partido) deve reassumir o mandato. Até o fim de março 2024 definirá pra qual partido vai. O ex-prefeito Kassab filiou seu pai - que é deputado federal - no PSD ...

PREFEITURA (São Paulo)

Hoje é o dia da volta da ex-prefeita Marta ao PT [no qual ela tanto bateu muito ao sair]. Depois de 10 fevereiro 2024 - quando o PT Lulista completará 44 anos - devem rolar outras 'uniões' e 'reconstruções'

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputado Tomé Abduch (Republicanos) deverá ter força pra indicar e apoiar um nome da comunidade árabe como candidato à maior e mais importante Câmara municipal do Brasil e da América do Sul ?

GOVERNO (São Paulo)

Hoje é o dia do governador Tarcísio (Republicanos) mostrar que faz política também com esquerdas. Com Lula (dono do PT), vai dividir ônus e bônus de um túnel ligando a cidades de Santos ao Guarujá

CONGRESSO (Brasil)

Bem mais magro e 'editando' como senador, Dino vai dar últimas costuras com colegas [antes de assumir no Supremo] e apresentar -por exemplo - projetos pra impedir acampamentos em frente a quartéis ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Percebam como o vice-presidente Alckmin faz questão de sentar - literalmente - no banco de reservas do time em que Lula é o capitão, o árbitro do jogo e o comandante das torcidas. Isso é que é ser 'mineiro' ...

PARTIDOS (Brasil)

PP (ex-Arena) : 1º bombeiro (Polícia Militar SP) eleito vereador, o major Palumbo encarnou ontem muitas histórias de meio Século do grande incêndio no prédio (Joelma) vizinho da Câmara paulistana ...

JUSTIÇAS (Mundo)

Ontem foi a vez do ex-ministro (aposentado do Supremo) Lewandowski tomar posse como ministro (Justiça e Segurança Pública). Vai ser canal direto e reto com Lula e com ex-colegas. Tá podendo ...

ANO 32

Jornalista Cesar Neto publica coluna de política - cesarneto.com - desde 1993 na imprensa (Brasil). Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar Honra ao Mérito (Assembleia SP) como referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Entidades do setor produtivo consideraram tímido corte da Selic

O corte de meio ponto percentual na taxa Selic (juros básicos da economia) recebeu críticas das entidades do setor produtivo. Segundo representantes da indústria e as centrais sindicais, os juros continuam altos, travando a economia e encarecendo o crédito.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) classificou de "injustificável" a decisão da quarta-feira (31) do Comitê de Política Monetária (Copom). Em nota, o presidente da entidade, Ricardo Alban, o Banco Central deve ter maior compreensão da realidade brasileira. Ele pediu mais ousadia no ritmo de queda da taxa Selic para diminuir significativamente o custo financeiro das empresas.

"É necessário e desejável maior agressividade do Copom para que ocorra uma redução mais significativa do custo financeiro suportado por empresas, que se acumula ao longo das cadeias produtivas, e consumidores. Sem essa mudança urgente de postu-

ra, seguiremos penalizando não só a economia brasileira, mas, principalmente os brasileiros, com menos emprego e renda", criticou Alban. Antes da reunião do Copom, a CNI tinha soltado nota pedindo um corte de 0,75 ponto percentual.

Segundo a CNI, as expectativas para a inflação em 2024 estão abaixo do teto da meta, e o câmbio pode contribuir para controlar a inflação. O comunicado lembrou que o dólar comercial caiu de R\$ 5,40 no início de 2023 para R\$ 4,90 neste ano.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) emitiu comunicado em que considera crucial a continuidade das reduções da taxa Selic para a economia. No entanto, a entidade afirma que existe espaço para cortes mais intensos.

"O retorno da inflação à meta em 2023 e a desaceleração do índice prévio de janeiro têm provocado reduções nas expectativas inflacionárias, especialmente para o ano de 2024. Os cortes mais

acentuados dos juros também se justificam pelos dados de curto prazo, que indicam um cenário de desaceleração da atividade econômica", avalia a Firjan.

Centrais sindicais

As centrais sindicais também criticaram a diminuição de 0,5 ponto, que chamaram de tímido. A Confederação Única dos Trabalhadores (CUT) relacionou os cortes na taxa Selic à queda do desemprego para 7,8%, divulgada na quarta-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em nota, a CUT pediu cortes mais agressivos. Para a central sindical, os juros continuam altos e prejudicam medidas do governo para a recuperação da economia. "Não tem como a Selic prosseguir nesses níveis. Como vamos implementar um projeto de reindustrialização no Brasil, investir na saúde, em obras do PAC, como o Estado irá conseguir somar dinheiro para tantas áreas fundamentais, com os ju-

ros acima dos 10%?", pondera a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandira Moreira.

A Força Sindical tachou de "tímida e insuficiente" a queda de meio ponto percentual na Selic. "Um pouco mais de ousadia traria enormes benefícios para o setor produtivo, que gera emprego e renda e anseia há tempos por um crescimento expressivo da economia. É um absurdo esta mesmice dos tecnocratas do Banco Central", destacou a nota da entidade.

"Juros em patamares estratosféricos sangram as riquezas do país, criam enormes obstáculos ao desenvolvimento nacional e comprometem a geração de postos de trabalho e os investimentos sociais. Insistimos que a manutenção dos juros em patamares proibitivos trava a retomada do crescimento econômico", afirmou em nota o presidente da Força Sindical, Miguel Torres. (Agência Brasil)

Petrobras reduz preço do gás natural em 2%

A Petrobras reduziu, na quinta-feira (1º), o preço do gás natural vendido pela estatal às distribuidoras em 2%, em média. Segundo a empresa, os contratos com as distribuidoras preveem atualizações trimestrais dos preços do produto.

Para o trimestre que começa nesta quinta-feira, de acordo com a Petrobras, as referências foram uma queda de 3,6% do petróleo e uma depreciação de 1,5% do real frente ao dólar.

Ainda segundo a Petrobras, as distribuidoras com contratos vigentes em 2023 perceberam uma redução de 22,2% ao longo do ano.

"A Petrobras ressalta que o

preço final do gás natural ao consumidor não é determinado apenas pelo preço de venda da molécula pela companhia, mas também pelo custo do transporte até a distribuidora, pelo portfólio de suprimento de cada distribuidora, assim como por suas margens (e, no caso do GNV – Gás Natural Veicular, dos postos de revenda) e pelos tributos federais e estaduais", informa nota divulgada pela empresa.

A redução, que vigora desde a quinta-feira, não se refere ao preço do gás liquefeito de petróleo (GLP), ou seja o gás de cozinha, que é envasado em botijões. (Agência Brasil)

Inadimplência das famílias é a menor em quase dois anos

O percentual de famílias com dívidas, em atraso ou não, ficou em 78,1% em janeiro deste ano. A taxa ficou acima dos 77,6% de dezembro e dos 78% de janeiro de 2023. Dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada na quinta-feira (1º) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A parcela de famílias inadimplentes, isto é, aquelas endividadas que têm contas e dívidas em atraso, recuou em janeiro. Os 28,3% registrados no mês são o menor percentual desde março de 2022. Em janeiro de 2023, a taxa havia sido 29,9%, enquanto em dezembro, ficou em 28,8%.

O total de famílias que não terão condição de pagar suas contas ficou em 12% em janeiro deste ano, abaixo dos 12,2% de dezembro, mas acima dos 11,6% de janeiro de 2023.

As famílias com renda de cinco a dez salários mínimos foram as únicas com redução no endividamento. Por outro lado, também foi a única faixa de renda com aumento da inadimplência.

Por meio de nota divulgada à imprensa, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, afirmou que, de uma forma geral, a pesquisa de janeiro mostra um cenário positivo para este ano.

"As pessoas estão conseguindo, aos poucos, quitar suas dívidas para contrair outras e adquirir novos produtos, planejar viagens, enfim, voltar a consumir com mais fôlego", destacou Tadros.

Entre os principais responsáveis pelo endividamento do consumidor estão o cartão de crédito (86,8%), os carnês (16,2%), o crédito pessoal (9,7%) e os financiamentos de casa e de carro (8,4%). (Agência Brasil)

Com apoio da Índia, exportação de açúcar de cana rendeu 21% aos paranaenses em 2023

Os produtores paranaenses de açúcar tiveram um bom ano em 2023. Em valores, a exportação do produto cresceu 21%, ainda que o volume destinado ao Exterior tenha decrescido 3,7%. Esse é um dos assuntos analisados no Boletim de Conjuntura Agropecuária referente à semana de 26 de janeiro a 1º de fevereiro. O documento, preparado pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), toma como base o Agrostat, plataforma do Ministério da Agricultura e Pecuária que acompanha o comércio do agronegócio.

Em 2023 os produtores do Paraná exportaram 2,59 milhões de toneladas de açúcar contra 2,69 milhões no ano anterior. No entanto, a melhora nos preços internacionais do produto fez com que entrassem US\$ 1,26 bilhão no Estado, ante US\$ 1,04 bilhão em 2022. Uma das razões que influenciaram no valor foi a queda na produção indiana, que levou o país a adquirir o açúcar paranaense, o que não acontecia desde 2020.

Essas compras tiveram importância, mas os principais destinos do açúcar paranaense foram a Argélia, com 352 mil toneladas, e a Malásia, com 324 mil toneladas. Há pelo menos dez anos esses dois mercados mantêm compras regulares, o que supriu a ausência dos russos. Depois de adquirir volume recorde de 1 milhão de toneladas em 2008, a Rússia zerou as compras no ano passado.

A atratividade dos preços do açúcar fez com que o mix de produção paranaense passasse de 45% para 46% o volume direcionado ao adoçante, de acordo com dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – Unica. No entanto, com uma safra de 35,2 milhões de toneladas de cana, a

produção de etanol também evoluiu, com 1,22 bilhão de litros, ou 12% de crescimento em relação aos 1,09 bilhão de litros de 2022.

O Paraná também fez a melhor exportação de milho na série histórica iniciada em 1997. Foram 4,73 milhões de toneladas em 2023. O recorde anterior tinha sido em 2019, quando foram vendidos 4,7 milhões de toneladas. O cenário nacional também foi de recorde, com 55,8 milhões de toneladas exportadas pelo Brasil.

Com o clima favorável na maior parte do tempo, a colheita da soja avançou na última semana. Foram colhidos mais de 400 mil hectares no período, chegando a 19% da área total estimada em 5,8 milhões de hectares. Como ocorreram chuvas, houve uma estabilização em relação a perdas decorrentes da alta temperatura.

O boletim informa que até o momento foram colhidos 12,6 mil hectares de batata da primeira safra, o que representa 86% da superfície de lavoura, restando 2,2 mil hectares. Da área total estimada para a segunda safra, de 11,3 mil hectares, 47% já está semeada, o que representa 5,4 mil hectares. Os núcleos de Guarapuava e Pato Branco estão com 90% das suas expectativas de cultivo no solo.

O preço médio mensal recebido pelos bataticultores em novembro passado foi R\$ 52,08 pela saca de 25kg da batata lisa, frente aos R\$ 128,90 da semana pretérita de 2024, o acréscimo foi de 147,5%.

O preço da arroba do boi gordo vem sendo pressionada nas últimas semanas, fruto do baixo escoamento dos estoques dos abatedouros. No fechamento deste boletim estava cotada a R\$ 247,20. No atacado, o dianteiro custava R\$ 12,82 o quilo, enquanto o traseiro atingia R\$ 20,66. (AENPR)

Preço da gasolina e do diesel sobem com novo ICMS

Desde a quinta-feira (1º), abastecer o veículo e cozinhar ficarão mais caros. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo cobrado pelos estados, vai subir para a gasolina, o diesel e o gás de cozinha.

O aumento reflete a decisão de vários estados de reajustar o ICMS para os produtos em geral para compensar perdas de receita.

Na maior parte dos casos, os estados elevaram as alíquotas gerais de 18% para 20%. Como os combustíveis seguem um

sistema diferente de tributação, os reajustes serão com valores fixos em centavos.

O aumento foi aprovado em outubro pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda. Esse é o primeiro reajuste do ICMS após a mudança do modelo de cobrança sancionado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em março de 2022.

Anteriormente, o ICMS incidia conforme um percentual do preço total definido por cada unidade da federação. Agora, o im-

posto é cobrado conforme um valor fixo por litro, no caso da gasolina ou do diesel, ou por quilograma, no caso do gás de cozinha.

Ao considerar o preço médio calculado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), o litro da gasolina subirá em média para R\$ 5,71. No caso do diesel, o valor médio do litro aumentará para R\$ 5,95 (diesel normal) e mais de R\$ 6 para o diesel S-10, que tem menor teor de chumbo.

O preço da gasolina e do diesel ficaram mais caros desde

quinta-feira. Com um aumento de R\$ 0,15, a gasolina subirá em média para R\$ 5,71, levando em conta o preço médio do produto baseado na pesquisa de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). Já o óleo diesel, terá um aumento médio de R\$ 0,12, podendo chegar em média a R\$ 5,95, e o Diesel S-10 poderá ficar acima dos R\$ 6,00 por litro, em média.

No caso do gás de cozinha, o preço médio do botijão de 13 quilos subirá, em média, de R\$ 100,98 para R\$ 103,60. (Agência Brasil)

Governo cria secretaria para fiscalização das apostas esportivas

O Ministério da Fazenda criou a Secretaria de Prêmios e Apostas, que cuidará da regulamentação e fiscalização das apostas esportivas de quota fixa, conhecidas como *bets*, e os jogos on-line.

De acordo com a pasta, a secretaria será responsável ainda

por autorizar distribuição de prêmios, brindes, exploração de loterias, ações de combate à lavagem de dinheiro, monitoramento do mercado e prevenção ao jogo compulsivo.

A secretaria terá três subsecretarias e 38 profissionais lotados.

Em dezembro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que regulamenta as *bets*, apostas esportivas de quota fixa em que o apostador sabe exatamente qual a taxa de retorno no momento da aposta.

A medida tributa empresas e

apostadores e define regras para a exploração do serviço, além de determinar a partilha da arrecadação.

A lei abrange apostas virtuais, apostas físicas, evento real de temática esportiva, jogo on-line e eventos virtuais de jogos on-line. (Agência Brasil)

Itamaraty aponta risco à população de Gaza com suspensão de doações

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) manifestou preocupação com a redução das contribuições financeiras à Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), após denúncias de envolvimento de funcionários da ONU no conflito que começou em outubro do ano passado, na fronteira de Israel com a Faixa de Gaza.

Com a suspensão das contribuições à agência internacional por algumas nações, o Itamaraty vê risco de agravamento da crise humanitária no território palestino. Gaza é alvo de operações militares israelenses desde outubro e sofre com a destruição da infraestrutura civil. A população tem sido forçada a se transferir e sofre com o colapso dos sistemas de saúde, fornecimento de água, energia e distribuição de alimentos.

"As referidas denúncias não devem ensejar redução das contribuições imprescindíveis ao funcionamento da UNRWA, em cenário que pode levar ao colapso das atividades da agência, em contexto de grave crise humanitária em Gaza e em prejuízo do cumprimento de recente decisão, de caráter juridicamente vinculante, pela Corte Interna-

cional de Justiça (CIJ), sobre o imperativo de garantir o acesso humanitário aos cidadãos de Gaza", diz nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores.

Segundo o MRE, a ajuda humanitária prestada pela UNRWA é ponto de apoio indispensável à população civil palestina naquela região. "Desde 7 de outubro de 2023, a UNRWA realiza atendimento vital a mais de 1,4 milhão de pessoas na Faixa de Gaza." O Itamaraty lembra que 152 funcionários da agência, em Gaza, foram mortos, desde o início da ofensiva militar israelense em resposta aos atos terroristas do Hamas.

A nota informa ainda que o Brasil acompanha com atenção a investigação interna da ONU sobre o suposto envolvimento de funcionários da agência que presta assistência aos palestinos. "O Brasil confia em que as investigações, ora em curso, conduzidas pelo Escritório de Serviços de Supervisão Interna das Nações Unidas (OIOS), e que resultaram na demissão de funcionários da agência, chegarão a bom termo", acrescenta o Ministério das Relações Exteriores.

Fim do conflito

O governo brasileiro reafir-

mou o pedido de interrupção das hostilidades na região e também de imediata libertação dos reféns em poder do Hamas, organização que controla a Faixa de Gaza.

Desde o início da crise, o governo brasileiro tem reiterado a defesa da solução de dois Estados na região. "O Brasil permanece comprometido com a defesa de um Estado palestino economicamente viável convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas, que incluam a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital."

Suspensão de doações

No último sábado (27), a própria Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo informou, por meio de nota, que, até aquela data, nove países tinham suspenso temporariamente seus financiamentos à UNRWA. De acordo com a nota, a suspensão do financiamento ameaça o trabalho humanitário em curso em toda a região e, em especial, na Faixa de Gaza, podendo até ocorrer o encerramento das atividades da agência.

"É chocante ver uma suspensão de fundos para a agên-

MP investiga possível estelionato de grupo ligado à empresa 123Milhas

No STF, Lula defende regulação das redes sociais no país

Ao participar da abertura do Ano Judiciário de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na quinta-feira (1º) a regulação das redes sociais no país, com punição para as empresas proprietárias pelos crimes cometidos nas plataformas sob sua responsabilidade.

“É preciso criminalizar aqueles que incitam a violência nas redes sociais, mas também é necessário responsabilizar as empresas pelos crimes que são cometidos nas suas plataformas, a exemplo da pedofilia, incentivo a massacres nas escolas e estimular a mutilação de adolescentes e crianças”, defendeu em discurso.

Para o presidente, a regulação deve ser feita de maneira

democrática, levando em conta os benefícios proporcionados pela tecnologia, bem como o “retrocesso nas conquistas pelas quais tanto lutamos”.

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presente à cerimônia, também mencionou o tema, destacando ser uma pauta comum ao Legislativo e no Judiciário.

Na Câmara dos Deputados, tramita projeto de lei, conhecido como PL das Fake News, que trata de regras para o funcionamento das redes sociais no país e o combate à divulgação de notícias falsas. O texto foi retirado da pauta de votação após sofrer críticas de parlamentares. (Agência Brasil)

STF decide que maiores de 70 podem partilhar bens ao se casarem

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, na quinta-feira (1º) que não é obrigatório o regime de separação de bens em casamentos e uniões estáveis de pessoas com mais de 70 anos, desde que as partes optem em consenso por outro regime e registrem em cartório.

O caso julgado envolveu o recurso de uma mulher para entrar na partilha de bens do falecido companheiro. A união estável foi realizada aos 72 anos. A primeira instância da Justiça de São Paulo validou a divisão da herança, mas o entendimento foi anulado pelas demais instâncias.

A Corte discutiu a constitucionalidade do artigo 1.641 do Código Civil, dispositivo que obriga a adoção do regime de separação de bens para quem tem mais de 70 anos.

“Nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no artigo 1.641, II, do Código Civil pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes por escritura pública”, disse o relator do processo, Luís Roberto

Barroso, que foi acompanhado pelos demais ministros.

A decisão tem repercussão geral, ou seja, será aplicada a todos os casos semelhantes em tramitação no Judiciário.

Este foi o primeiro julgamento da Suprema Corte este ano, já que o ano judiciário 2024 foi aberto no início da tarde de hoje em cerimônia na sede do STF, com a presença de diversas autoridades, como os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco.

Revisão da vida toda

O julgamento sobre a revisão da vida toda de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), previsto para a quinta-feira, ficou para a próxima semana.

Os ministros vão decidir se haverá alterações na decisão da própria Corte, que, em 2022, reconheceu a revisão da vida toda e permitiu que aposentados que entraram na Justiça possam pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida. (Agência Brasil)

O Ministério Público de Minas Gerais e a Polícia Civil cumpriram 17 mandados de busca e apreensão na quinta-feira (1º) contra grupo econômico do qual a empresa 123Milhas faz parte.

A Operação Mapa de Milhas ocorreu em endereços de pessoas físicas e jurídicas de Belo Horizonte e apreendeu documentos, mídias, computadores e notebooks que serão analisados por investigadores.

Os promotores trabalham com a hipótese de associação criminosa para a prática de estelionato, que teria causado prejuízo milionário a milhares de pessoas em todo o país. A investigação também vai verificar a prática de lavagem de dinheiro, que teria ocorrido por meio de diferentes estratégias financeiras e

corporativas e possibilitado que o grupo ocultasse valores e bens.

“Nós verificamos movimentações imobiliárias em nome de terceiros, não formalmente ligados ao grupo, mas que têm algum vínculo com pessoas do grupo 123Milhas. Também identificamos movimentações financeiras - com valores suspeitos - para destinatários que não possuem perfil para movimentar aquela quantia em dinheiro. Isso aconteceu em momentos muito próximos do pedido de recuperação judicial e também da declaração de suspensão do programa promol23”, disse o promotor de Justiça Rodrigo Storino.

Tutela coletiva

Participaram da operação oito

promotores de Justiça, cinco delegados de Polícia Civil, 53 investigadores, um policial militar e cinco servidores do Ministério Público.

A investigação é liderada pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital, e recebe apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco Central) e do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (Caoet).

O Ministério Público de Minas Gerais também ajuizou ações civis públicas para a tutela coletiva dos consumidores lesados, sendo deferidos pedidos de bloqueio judicial de bens e valores das empresas e sócios que integram o grupo econômico.

Em agosto do ano passado, a

123Milhas suspendeu a emissão de passagens para embarque previsto entre setembro e dezembro deste ano. O cancelamento foi aplicado aos bilhetes da Linha Promo, opção em que os clientes compravam passagens com datas flexíveis.

Em depoimento à CPI das Pirâmides Financeiras na Câmara dos Deputados, em setembro, o sócio da 123Milhas, Ramiro Mardureira, disse que o modelo de negócio equivocado determinou a falência da empresa. Segundo ele, a empresa acreditava que os custos iriam reduzir a partir da recuperação do mercado de viagens após a pandemia, o que não ocorreu. O modelo dependia de novas compras no site, o que foi menor que o esperado. (Agência Brasil)

MPF arquiva investigações contra Ibaneis e Torres

O Ministério Público Federal (MPF) decidiu arquivar as investigações contra o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (DF), Anderson Torres, e o governador do DF por improbidade administrativa relacionadas aos atos criminosos do dia 8 de janeiro de 2023, que culminaram com a invasão das sedes dos Três Poderes da República. Segundo o MPF, a decisão pelos arquivamentos foi tomada, entre outras razões, por não ser possível apontar conduta dolosa, nem elementos probatórios de ação intencional dos investigados para que pudesse ser aplicada a Lei de Improbidade Administrativa.

A decisão do arquivamento, com data da terça-feira (30), foi do procurador da República Carlos Henrique Martins Lima, que disse não ter encontrado elementos suficientes para concluir que o ex-secretário de segurança do DF tivesse o intuito de permitir que os manifestantes adentrassem e depredassem as sedes do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal.

“Destes modos, Anderson Torres não foi punido com informações suficientes acerca da certeza do caráter belicoso das manifestações, o que também o impossibilitou de adotar medidas mais severas para a segurança pública junto ao governador do DF”, disse o procurador.

Torres foi um dos indiciados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos antidemocráticos. Ao arquivar a investigação, Lima citou a CPMI e disse que o documento final da comissão carrega “viés político”.

“Importante consignar que, embora o relatório da CPMI tenha concluído pelo indiciamento de Anderson Gustavo Torres, trata-se de documento que carrega em si, e legitimamente, viés político, visto ser fruto de trabalho de integrantes do Poder Legislativo, os quais visam, com sua atuação, atender expectativas do seu eleitorado”, afirmou Lima.

“O que se verifica é que os órgãos de segurança envolvidos no planejamento para as possíveis manifestações que ocorreriam no dia 08/01/2023 não tinham total ciência do caráter violento de parte dos manifestantes”, afirmou. “Embora seja possível apontar alguma falha no serviço de inteligência dos órgãos de segurança pública ou algum erro no fluxo de informações, não se verifica, em relação a Ibaneis Rocha, uma conduta intencional de facilitar os atos criminosos”, complementou Lima.

“Logo, não é possível atribuir a Ibaneis Rocha uma ação ou omissão que tenha dado ensejo às invasões às sedes do Congresso Nacional, do STF e do Palácio do Planalto no dia 08/01/2023”, concluiu.

O procurador também cita na decisão o indiciamento de Ibaneis pela CPMI, cujo trabalho também foi classificado como tendo “viés político”.

“Com efeito, a sugestão de indiciamento pode e deve ser avaliada pelo titular das ações penais e cíveis, em relação a todos os aspectos apurados, sendo natural a existência de conclusões diversas daquelas a que chegaram os parlamentares”, destacou Lima.

Além de Torres e Ibaneis também foram arquivados inquéritos contra os policiais militares Fernando de Souza Oliveira, ex-secretário executivo de Segurança do DF; Marília Ferreira de Alencar, ex-subsecretária de inteligência da Secretaria de Segurança do DF; Klepter Rosa Gonçalves, ex-comandante-geral da PMDF; Fábio Augusto Vieira, ex-comandante-geral da PMDF; e Jorge Eduardo Barreto Naime, coronel da Polícia Militar e chefe do Departamento Operacional da Corporação. As decisões seguem para homologação de 5ª Câmara de Coordenação do MPF. (Agência Brasil)

ANM questiona rigor das informações que Braskem forneceu sobre minas

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **JOSÉ FRANCISCO DA SILVA**, zelador, RG nº 20089084-SSP/SP, CPF nº 482.344.864-20, e sua mulher **MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA DA SILVA**, do lar, RG nº 357199972-SSP/SP, CPF nº 518.153.544-53, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua das Orquídeas, nº 382, Mirandópolis, ficam intimados a purgarem a mora referente a 07 (sete) prestações em atraso, vencidas de 27/06/2023 a 27/12/2023, no valor de R\$3.248,00 (três mil duzentos e quarenta e oito reais), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$3.251,18 (três mil duzentos e cinquenta e um reais e dezoito centavos), que atualizado até 03/03/2024, perfaz o valor de R\$4.363,88 (quatro mil trezentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives, nº 632, apartamento nº 104, localizado no 10º pavimento da Torre 01, integrante do empreendimento Fit Jardim Botânico I, na Saúde - 21º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrado sob nº 3 na matrícula nº 199.609. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciários desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 17 de janeiro de 2024. O Oficial.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **REGINA PELEGRINI PARRA**, brasileira, solteira, maior, administradora, RG nº 249757205-SSP/SP, CPF nº 219.709.958-23, domiciliada nesta Capital, residente na Avenida do Café nº 77, apartamento nº 71, fica intimada a purgar a mora referente a 94 (noventa e quatro) prestações em atraso, vencidas de 22/01/2017 a 22/12/2023, no valor de R\$1.526.913,16 (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, novecentos e treze reais e dezesseis centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$1.569.386,13 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e seis reais e treze centavos), que atualizado até 11/03/2024, perfaz o valor de R\$2.398.569,89 (dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida Jandira, nº 731, esquina da Alameda dos Aicás e Avenida Jurema, apartamento nº 104 Tipo A, localizado no 10º andar do Edifício Parque dos Aicás, em Indianópolis - 24º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrado sob nº 17 na matrícula nº 86.996. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciária desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 02 de fevereiro de 2024. O Oficial.

Um recente parecer técnico da Agência Nacional de Mineração (ANM) questiona a exatidão das informações que a petroquímica Braskem vinha fornecendo sobre as medidas adotadas para fechar as 35 frentes de extração e remoção de sal-gema das minas que a empresa e suas antecessoras exploraram em Maceió, entre 1976 e 2019.

“Diante da materialização da ocorrência registrada no mês de novembro de 2023, na área da frente de lavra M#18, há necessidade de esclarecimento em relação ao critério utilizado na avaliação do risco da ocorrência de novos abatimentos abruptos uma vez que tal critério define a tomada de decisão sobre o método de fechamento da frente de lavra a ser adotado”, apontam os técnicos do grupo de trabalho (GT-SAL) responsável por analisar os documentos periodicamente apresentados pela Braskem e pelas empresas de consultoria contratadas pela petroquímica.

A frente de lavra M#18 ao qual os especialistas da ANM se referem no documento a que a Agência Brasil teve acesso na quinta-feira (1º) ficou popularmente conhecida como mina nº 18. Parte dela se rompeu em 10 de dezembro. O instante em que o solo cedeu, abrindo um buraco (uma dolina ou sinkhole, como é classificada no parecer) sob as águas da Lagoa Mundaú, foi registrado por câmeras de seguran-

ça que flagram o redemoinho que se formou quando a água invadiu a caverna subterrânea resultante de décadas de exploração do sal-gema.

No documento, os técnicos da ANM se dizem surpresos com a “inesperada ocorrência”, já que o conjunto de informações anteriormente fornecido pela empresa “não se mostrou preciso.”

“O Grupo Técnico denominada do GT-Sal vem avaliando as análises e conclusões dos Relatórios Consolidados Mensais apresentados pela empresa, bem como as análises e recomendações das consultorias contratadas para realização dos estudos do comportamento e da movimentação do terreno”, explicam os técnicos.

“De tais avaliações, verificou-se que, de acordo com os resultados e estimativas apresentadas, a possibilidade de ocorrência de sinkhole seria uma hipótese remota de ocorrência, com indicação de redução progressiva do risco associado, porém jamais descartada [...]”, acrescentam os especialistas, destacando que, com base no que vinha sendo reportado, a frente de lavra M#18 tinha sido inserida no grupo de cavidades a serem preenchidas com material sólido - processo que estava começando quando parte dela se rompeu, o que, na avaliação do grupo técnico, “indica que toda a bacia ainda apre-

senta sinais de instabilidade”.

“Todos os elementos levantados, monitorados individualmente ou em conjunto, não permitem, atualmente, definir ou estimar, com suficiente grau de certeza, o comportamento do maciço, [conforme] demonstrado pela movimentação atípica no entorno da frente de lavra M#18”, concluem os técnicos, alertando que “ocorrências semelhantes não podem ser descartadas em outros setores, cavidades da mina, no decorrer do tempo, visto que a subsidência, afundamento, continua ativa.”

Recomendações

Considerando a “superprevedente e inesperada ocorrência abrupta” em parte da mina e outras constatações, os membros do grupo técnico sugerem à Gerência Regional da ANM em Alagoas exija que a Braskem apresente, no prazo legal, um relatório apontando as causas, consequências e justificativas para o rompimento de parte da mina, além da análise de risco de eventos semelhantes voltarem a ocorrer em outros pontos monitorados.

Entre outras medidas, o GT-Sal também propõe que sejam cobrados, da empresa, uma justificativa técnica para ainda não ter iniciado o preenchimento de outras frentes de lavra, bem como um gráfico atualizado sobre o acompanhamento de tendência

de afundamento do solo e um cronograma de fechamento de frentes de lavra que estão sendo monitoradas, mas em relação às quais ainda não há definição quanto ao método a ser empregado (M#03, M#15, M#20, M#21, M#29 e M#34).

Monitoramento

Consultada, a Braskem confirmou já ter recebido cópia do parecer técnico da ANM, à qual “vai responder no prazo solicitado”. A empresa assegura que todas as frentes de lavra e cavidades são monitoradas por vários instrumentos e métodos diferentes, “em alguns casos de forma redundante.”

“A Braskem reitera que instalou na região uma das redes de monitoramento mais modernas e robustas do país, com equipamentos que transmitem informações em tempo real, e todos os dados são compartilhados, também em tempo real, com os órgãos competentes”, informou a companhia, assegurando que a própria ANM já atestou que a referida rede atende satisfatoriamente aos objetivos de monitoramento da área e que vem adotando as medidas para o fechamento definitivo dos poços de sal, conforme plano apresentado às autoridades públicas e aprovado pela agência. “Esse plano registra 70% de avanço das ações, e a conclusão dos trabalhos está prevista para meados de 2025.” (Agência Brasil)